

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

**GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS:
UMA OBRA DE REFERÊNCIA PARA A LUSOFONIA**

Felipe de Andrade Constancio (UERJ)
felipe.letras.ac@gmail.com

Carlos Gustavo Camillo Pereira (UFRJ e PUC-Rio)
gustavo.c.p@live.com



RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva *et al*
Gramática do português (2013). Vol. I.
Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian,
2013.

<https://www.wook.pt/livro/gramatica-do-portugues-volume-i/15272392>.

1. Lusofonia: um conceito nem sempre pacífico

“Como imaginar a lusofonia sem o seu coração linguístico, em suma, a sua primeira expressão identitária, histórica e culturalmente falando?”
(LOURENÇO, 2001, p. 180)

O crítico e ensaísta português Eduardo Lourenço (falecido em 01 de dezembro de 2020) já discutia, na década de 1990, sobre os conflitos que a designação “lusofonia” trazia de (in)convenientes em relação aos países que têm a língua portuguesa, de alguma forma, difundida em seus territórios.

Com um posicionamento muito seguro e sólido a respeito da lusofonia, Lourenço (2001) refere-se ao patrimônio comum aos países lusófonos – a língua – e, assim, posiciona-se:

A lusofonia não é nenhum reino, mesmo encartadamente folclórico. É só – e não é pouco, nem simples – aquela esfera de comunicação e compreensão determinada pelo uso da língua portuguesa com a genealogia que a distingue entre outras línguas românicas e a memória cultural que, consciente ou inconscientemente, a ela se vincula. (LOURENÇO, 2001, p. 176)

A despeito de todas as tentativas de aproximação das culturas dos países lusófonos, reconhecidamente frustradas pelo crítico, não se pode

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

deixar de mencionar o fato de que o ponto comum que as une (o fator linguístico) merece estudos em razão de seu amplo escopo – estar em regiões distintas do mundo – e em razão de sua especificidade – ser uma língua de dominação, de aspectos políticos e de cultura complexa.

Investigações recentes, de estudiosos brasileiros e internacionais, debruçam-se em torno do conceito de lusofonia para tentar dirimir questões sobre identidade e política linguística nas mais diferentes frentes de atuação (norma linguística, conflitos linguísticos, configuração do português brasileiro, lusitano e africano, literaturas de língua oficial portuguesa etc.).

No âmbito da história do português, há igualmente muitas investigações em torno do conceito de lusofonia. Mulinacci (2020, p. 226), em seu ensaio sobre a “lusofonia (des)unida”, reivindica “uma história do português – em que pese a evocação do conceito sempre controverso de lusofonia – desejavelmente ecumênica, embora não irênica nem conciliatória”.

Para o crítico da Universidade de Bologna, uma história coerente acerca da história do português e, conseqüentemente, da história da lusofonia não deve prescindir das origens do português em relação à Galiza e, da mesma maneira, não deve perder de vista a sua condição de língua pluricêntrica⁶⁷ no cenário “das multifacetadas sociedades lusófonas” (MULINACCI, 2020, p. 226). O teórico acrescenta que, infelizmente, há muitas “fraturas” na história do português, o que muitas vezes não é apresentado nos manuais de história da língua, que tendem a oferecer uma ordem linear dos fatos.

O linguista Carlos Alberto Faraco (2016, p. 318) diz que “lusofonia pode ser também o nome de certos projetos estratégicos de geopolítica que tomam a língua (teoricamente compartilhada) como sua justificativa de base”. De acordo com Faraco, esses projetos tendem “para uma perigosa uniformização linguística”, já que os argumentos usados para a defesa de uma lusofonia comum a todos os países são pautados em ideais de tradições que mascaram manifestações culturais divergentes e complexas.

⁶⁷ Bagno (2017, p. 247) traz a seguinte definição para língua pluricêntrica: “uma língua policêntrica ou pluricêntrica é aquela que, por ser falada em mais de um Estado soberano, apresenta uma diversidade de normas consideradas ‘cultas’, algumas vezes com divergências na ortografia oficial e, quando é o caso, com mais de uma academia de língua responsável pela padronização em nível nacional.” (grifos do autor).

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Circunscrito nessas breves considerações em torno do conceito de lusofonia está o projeto de elaboração da *Gramática do português* (RAPOSO, 2013; 2020). A obra compilada pelas mãos de muitos linguistas revisita a concepção de lusofonia, uma vez que traz, no bojo de seus direcionamentos teóricos, um tratamento pormenorizado das questões geolinguísticas do português (africano, brasileiro e lusitano).

2. O escopo da Gramática do português

O projeto do qual é oriunda a *Gramática do português* (2013; 2020) foi estruturado nos anos 2000:

A Fundação Calouste Gulbenkian endereçou, no ano de 2020, um convite a Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, investigadora do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa (CLUL), para a elaboração de uma nova gramática do português. (RAPOSO, 2013, p. xxxi)

O projeto em tela contou com a colaboração de quarenta autores, alocados em centros universitários de pesquisa de ponta na área de Letras em Portugal (“Universidade de Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Universidades do Minho, do Porto, de Coimbra, do Algarve e dos Açores”), no Brasil (“Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual de Campinas”), nos EUA (“Universidade da Califórnia, Santa Bárbara e Universidade Estadual de Nova Iorque/Bufalo”), na Suécia (“Universidade de Estocolmo”) e na África (“Universidade Eduardo Mondlane, de Maputo”) (RAPOSO, 2013, p. xxxi).

Desde o princípio dos trabalhos de estruturação da *Gramática do português* (2013; 2020), houve a preocupação, entre os autores, de elaborar um compêndio que atendesse aos maiores variados leitores – do usuário comum ao especialista – e que trouxesse, no seu corpo teórico e descritivo questões que não figuram em outras gramáticas, pelo fato de não se debruçarem com aprofundamento em questões relacionadas à geolinguística, por exemplo.

Os três volumes da *Gramática do português* foram elaborados ao longo de quase duas décadas. Os dois primeiros volumes chegaram ao mercado editorial (por meio do trabalho fomentado pela Fundação Calouste Gulbenkian) no final de 2013, e o terceiro volume – o último, portanto – foi publicado no final do ano 2020, de modo a dar conta de todos os níveis de análise linguística.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

A *Gramática do português* descreve, de modo tão exaustivo quanto possível, a língua portuguesa na sua variedade europeia contemporânea. É inovadora em muitos aspetos, destacando-se o facto de serem considerados todos os níveis de análise linguística: fonético e fonológico (o estudo dos sons); morfológico (o estudo da forma das palavras e da sua estrutura interna); lexical (o estudo da organização das palavras no léxico); sintático (o estudo da maneira como as palavras se combinam para formar orações e frases); semântico (o estudo do tipo de significado que os vários elementos linguísticos apresentam). (RAPOSO, 2013, p. xxv)

No que tange ao seu escopo descritivo, a *Gramática do português* delimita o português-padrão como a variedade de língua a ser explorada ao longo de suas páginas: “Por motivos sociológicos, metodológicos e práticos, esta Gramática tem principalmente como objeto de estudo o português-padrão” (RAPOSO, 2013, p. xxvi). No entanto, não se pode deixar de mencionar que a obra também faz uso de outras variedades do português (com objetivos variados, a saber: comparar normas, comparar construções, abonar determinados usos etc.).

Nesse sentido, os autores argumentam que a descrição da escrita formal do português europeu alcança um número significativo de portugueses pelo fato de essa ser a norma descrita na escola e pelo fato de os portugueses lidarem com essa norma ao ler jornais, revistas e ao ouvir/ver o rádio e a televisão. A escrita formal, sem sombra de dúvida relacionada à escolaridade dos portugueses, é elencada, nesse particular, como a variedade que dá conta da língua escrita e da língua falada, uma vez que os autores pressupõem que não há uma distância tão significativa entre as duas línguas (o que nos faz, mais uma vez, sinalizar o papel da escolarização para atenuar a disparidade entre as duas línguas – falada e escrita).

Embora traga em seu bojo descritivo a escrita formal como fonte abonadora dos conteúdos descritos, a *Gramática do português* considera o seguinte percurso: “a perspectiva adotada na sua elaboração é estritamente descritiva, e não prescritiva” (RAPOSO, 2013, p. xxvi). Essa assunção metodológica mostra-se inovadora uma vez que, como se verá a seguir, muitos tópicos elencados como conteúdos de norma culta (cuja normalidade linguística já pontua usos corriqueiros, inclusive no Brasil) figuram nessa abordagem descritiva, que inicialmente elenca o padrão como frequência.

Curiosamente, a locução pronominal “a gente” aparece descrita na *Gramática do português* como uma forma da norma-padrão do português e como um uso já adotado pelos portugueses (com frequência de uso re-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

gistrada na terceira pessoa do singular e sem uso – pelo menos não sinalizado na obra – de sua ocorrência na primeira pessoa do plural, como de fato ocorre no Brasil (a gente somos; a gente vamos etc.).

A obra de Raposo foi organizada em torno de três partes constitutivas. A seguir, elencam-se os tópicos mais relevantes de seu vasto conteúdo descritivo, uma vez que a obra oferece pontos cruciais no debate acerca das variedades do português em seus níveis de análise.

3. O volume I da Gramática do português: inventário de uma língua partilhada por uma comunidade

No volume I, estão organizadas as três partes da *Gramática do português*: Parte 1 – História e geografia do português; Parte 2 – Léxico; Parte 3 – Sintaxe e semântica. Neste volume, o leitor tem a oportunidade de ler capítulos escritos por linguistas portugueses de renome, como Ivo Castro, Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, e linguistas consagrados no cenário brasileiro, como Rodolfo Ilari e Rosa Virgínia Mattos e Silva.

Ivo Castro (*apud* RAPOSO, 2013), em seu capítulo “Formação da língua Portuguesa” resgata o processo de romanização:

Numa região pouco acessível e tardiamente romanizada do noroeste da Península Ibérica, correspondendo à província romana Gallaecia et Asturica e, em termos modernos, à Galiza, ao ocidente de Astúrias e ao norte de Portugal (até ao paralelo de Aveiro), a variedade de latim aí falado seguiu, a partir dos sécs. V-VI, uma evolução própria, distinta da que sofreram as regiões suas vizinhas. (CASTRO *apud* RAPOSO, 2013, p. 8)

Numa cronologia bem consciente do papel da Galiza no processo de romanização, Castro (*apud* RAPOSO, 2013) revisita todos os estágios da romanização da Península Ibérica de modo a conferir um estatuto histórico do processo de expansão do império romano à região noroeste da Península, o que sugere um percurso distinto da *Gramática do português*, tributária da necessidade de reconstruir uma história coerente da língua e menos obrigada a iniciar sua organização pelos capítulos de fonologia, como se vê em outros compêndios.

O linguista Rodolfo Ilari (*apud* RAPOSO, 2013) também traz a sua contribuição para esse cenário de romanização. Recuperando os seus estudos acerca da história do português, o autor resgata o percurso formativo da língua por meio de suas incursões em torno da origem indo-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

européia, sem perder de vista a noção de que houve atravessamentos culturais e históricos para a configuração linguística que temos atualmente.

Os capítulos sobre geografia linguística são bastante elucidativos, na medida em que apontam as variedades do português europeu, do português brasileiro e do português africano. Até mesmo o mirandês é retratado ao longo da exposição, de modo a conferir uma amplitude significativa no que tange à abordagem da variação linguística diatópica do português em relação aos seus traços fonéticos, lexicais e sintáticos.

O capítulo elaborado por Rosa Virgínia Mattos e Silva (*apud* RAPOSO, 2013), sobre o português do Brasil, traz dados consistentes a respeito do multilinguismo nos períodos colonial e pós-colonial. Segundo dados trazidos pela autora, o Brasil pode ser considerado um país multilíngue pelo fato de ter congregado, ao longo de sua formação identitária, traços marcantes das culturas portuguesa, indígena e africana, de modo que essas influências atuaram diretamente na formação do léxico e de outras construções da língua.

No capítulo sobre o português em África (talvez o primeiro a figurar numa gramática deste porte), Perpétua Gonçalves (*apud* RAPOSO, 2013) oferece-nos dados bastante consistentes sobre a formação das variedades do português em dois países – Angola e Moçambique. Além de trazer o panorama a respeito do processo de colonização desses dois países, a autora contribui com uma comparação minuciosa acerca da distinção entre as variedades angolanas e moçambicanas em relação ao português europeu. São usados para essa comparação os níveis fônico, lexical, sintático e morfossintático.

Na parte II, detalham-se os processos de mudança linguística lexicalização e gramaticalização. A lexicalização é tratada como um fenômeno produtivo na língua e, nesta gramática, é vista como um processo gradual de criação de novos itens de construção bastante complexa. Nesse sentido, a obra traz uma importante interface entre o processo da lexicalização e o processo da semantização, na medida em que o surgimento de novas palavras cria novos significados (o que não deixa de considerar a gramática um “organismo” emergente).

Na obra, pode ser encontrado o seguinte conceito: “a gramaticalização é um processo progressivo e contínuo de passagem de certas unidades linguísticas de uma classe lexical para uma classe gramatical ou de uma classe menos gramatical para uma mais gramatical” (RAPOSO, 2013, p. 249). Dessa forma, são retomadas as discussões em torno dos

conceitos de classe aberta e de classe fechada, de modo a sinalizar os aspectos funcionais do processo de mudança gramaticalização sob um viés dinâmico e, portanto, de natureza funcional.

O volume encerra-se com uma robusta análise dos aspectos sintáticos e semânticos envolvidos na construção de frases, orações e enunciados, sem deixar de perder de vista análises de cunho construcional (há um capítulo sobre a construção de tópicos, um capítulo sobre construções ativas, passivas, incoativas e médias, um capítulo sobre a modalidade etc.).

Como se verá, a seguir, a parte III é a mais longa da obra. Nessa parte, os autores debruçam-se sobre questões relevantes na constituição do português europeu contemporâneo, relacionadas às estruturas que dizem respeito aos níveis de análise sintático e semântico, colocados em cotejo nos diferentes registros do português contemporâneo.

4. O volume II da Gramática do português: estrutura de uma língua partilhada por uma comunidade

Todo o volume II é dedicado à descrição do português nos níveis sintático e semântico. Os autores investem, de modo detalhado, nas construções provenientes dos sintagmas verbais, adjetivais, preposicionais e adverbiais (uma descrição exaustiva dos sintagmas nominais pode ser encontrada no volume I).

Investindo nos processos de gramaticalização para a descrição dos sintagmas verbais, Raposo tece a seguinte consideração a respeito do verbo “ter” e sua mudança categorial – de verbo pleno a verbo auxiliar:

Como verbo pleno, *ter* representa posse. No entanto, não existe qualquer sentido possessivo neste verbo em frases como *quando cheguei a casa, já a Maria tinha jantado* ou *o Pedro tem visitado a avó ultimamente*. Na primeira frase, a função do verbo consiste em localizar temporalmente a ação de jantar como sendo anterior a um momento de referência, expresso pela oração subordinada adverbial (o momento em que o falante chega a casa); na segunda, tem um significado iterativo, significando que a ação de visitar a avó se repetiu no passado próximo e pode continuar a repetir-se [...] (RAPOSO, 2013, p. 1228)

O autor constrói seu argumento em torno do processo de gramaticalização dos verbos auxiliares por meio do fator “dessemantização”. Esse processo, como é defendido, é entendido como uma perda gradual do fator descritivo, o que sugere o gradual processo de gramaticalização por

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

meio do qual os verbos auxiliares passam a figurar em blocos mais gramaticais – as chamadas perífrases verbais – e têm seu conteúdo semântico consequentemente esvaziado.

Dessa forma, o processo de gramaticalização é frequentemente revisitado no volume II, em que se pode notar a relação sintático-semântica como essencial para o entendimento de categorias e construções emergentes na gramática. Essa emergência de categorias, nesse sentido, é explicada por fatores construcionais e, sem sombra de dúvida, existem fatores de ordem funcional que operam nas mudanças operadas pela via da gramaticalização na obra.

Os sintagmas preposicionais recebem igualmente um tratamento descritivo-funcional à medida que construções gramaticais, em que figuram preposições, passam a ganhar novos valores funcionais, como no caso da preposição “de”:

A preposição *de* é aquela que a língua usa em contextos de completa gramaticalização, ou seja, em contextos nos quais a preposição não tem qualquer semanticidade e a sua única função consiste em estabelecer uma ligação entre um núcleo e o seu complemento ou modificador. (RAPOSO, 2013, p. 1529)

De fato, a emergência categorial é vista no volume II como mudança em curso e a “olho nu”, já que o processo de gramaticalização é descrito na sincronia da língua: muitas unidades da língua, portanto, migram de categorias plenas para categorias mais esvaziadas, que só operam significados quando atuam no interior de construções e, consequentemente, passam a exercer certa funcionalidade no interior dessas construções (como no caso da preposição “de”, que encabeça inúmeras construções no português).

No subcapítulo de articulação de orações, voltado para a hipotaxe, é avançada a discussão acerca dos constituintes que figuram nas orações principais (que não recebem tratamentos descritivos detalhados em quase nenhuma gramática sobre a matéria da articulação):

Na subordinação completiva ou integrante, as orações subordinadas “completam” a informação veiculada por um predicador verbal, nominal ou adjetival, da oração principal – i.e., constituem argumentos selecionados por esse predicador, mantendo com ele uma forte relação sintática e semântica [...]. Este tipo de subordinação é aquele em que se manifesta um grau mais elevado de integração da oração subordinada na oração principal que a mantém. (*apud* RAPOSO, 2013, p. 1716)

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Como se pode notar, os autores fogem da simples menção ao fator de dependência (aliás, em muitos compêndios do século XX há essa designação) para se referir ao encaixe oracional da subordinada em relação à principal. Optam por um caminho descritivo que faz jus ao papel dos constituintes da oração principal (estes, sim, aptos a receber o complemento oracional), uma vez que se aprende tradicionalmente que a oração subordinada é complemento da oração principal, o que não é coerente – é um dos constituintes que rege complemento.

Ainda no território da articulação de orações, a obra dá um salto significativo ao colocar em xeque o papel funcional das estruturas correlatas em língua portuguesa (um estatuto oracional também negligenciado ao longo de anos de descrição). Veja-se o que é dito sobre a “coordenação correlativa polissindética” (RAPOSO, 2013):

Na coordenação correlativa, todos os termos têm de ser introduzidos por uma das partes da conjunção ou da locução correlativa, incluindo o primeiro termo. Isto implica que a coordenação correlativa múltipla é necessariamente polissindética, como se ilustra em (48):

(48) a. O Pedro não comeu [nem bolos nem gelados nem chocolates].

[...]. (RAPOSO, 2013, p. 1781)

Mesmo que o exemplo não seja ilustrativo em relação ao promissor processo de articulação de orações correlatas (os autores usam constituintes no nível do período simples, já que são coordenados apenas sintagmas nominais), é importante salientar que, assim como a subordinação e a coordenação, a correlação sintática configura-se como um processo representativo em vários níveis, a saber, sintagmáticos e oracionais.

A seguir, revisitam-se as questões contrastivas entre o português brasileiro e o português europeu. Nos capítulos do volume III, há um investimento detalhado a respeito dessas diferenças, o que só acentua o caráter comparativo tão relevante ao fator da lusofonia, não só como questão de identidade, mas também como fator de peculiaridades linguísticas do português.

5. *O volume III da Gramática do português: novos horizontes para uma língua partilhada por uma comunidade*

No volume III, há um investimento nas áreas de morfologia e de estudos fonológicos: “o Volume III contém a parte final da sintaxe – Blocos G, H e I – e as partes 4 e 5. Neste volume inclui-se um anexo so-

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

bre ortografia e um índice remissivo” (RAPOSO, 2013, p. xxx). Os linguistas que participaram da organização dos capítulos sobre morfologia assim pontuam:

Na parte 4, após uma introdução que apresenta as questões básicas da morfologia do português, a descrição centra-se na estrutura das palavras simples e nas propriedades morfológicas de diferentes classes de palavras, com especial relevância para nomes, adjetivos e verbos (incluindo-se um apêndice com tabelas de conjugação). Descrevem-se seguidamente os processos de formação de palavras por afixação (sufixação, prefixação e parassíntese), conversão e composição. (RAPOSO, 2013, p. xxix)

São vistas, com bastante nitidez, as influências dos modelos teóricos de base funcional e cognitiva para a interpretação de fenômenos como a manifestação das estruturas derivacionais em português, assim como análises baseadas em modelos construcionais (as que preveem articulação entre forma e função) para o tratamento de afixos e sua consequente produtividade no léxico.

A parte 5 apresenta “a componente sonora da *Gramática do português*”, sem perder de vista a abordagem dos instrumentos de estabilização das normas, como é o caso da ortografia (que, sem ser exaustiva, consegue abordar o caso complexo do recente acordo ortográfico instituído entre os países ditos lusófonos). Embora tenham recebido relevante enfoque, as questões de cunho fonológico ocupam a parte final do terceiro volume, o que demonstra a necessidade de organização dos conceitos gramaticais, uma vez que, em grande parte dos compêndios gramaticais, os estudos fonológicos iniciam o processo descritivo.

A participação da linguista brasileira Maria Eugênia Duarte (*apud* RAPOSO, 2020, p. 2735-79), com o texto “Aspectos contrastivos entre o português do Brasil e o português europeu”, traz muitas contribuições, sobretudo no âmbito da sintaxe, às variedades do português. A autora trata especificamente do preenchimento de constituintes argumentais – no caso deste estudo, há enfoque no preenchimento da função sujeito – para justificar uma notável diferença entre as variedades brasileiras e portuguesas.

Os estudos empreendidos no volume III enfatizam a necessidade de articulação de estudos de natureza sincrônica e diacrônica já que muitos fenômenos descritos só podem ser elucidados diante da adoção de métodos descritivos atuais e, ao mesmo tempo, tornam-se consistentes à medida que recebem influências dos fundamentos históricos tão necessários à organização de uma gramática.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

Nesse sentido, a produção dos três volumes da *Gramática do português* preenche uma lacuna considerável acerca das normas vigentes e conflitantes na constituição do plurilinguismo lusófono. Como obra de referência, a obra recobre questões de norma linguística e repara a seguinte lacuna:

Ignorar a importância, do ponto de vista político, da existência e do cultivo de normas linguísticas é ignorar a razão histórica do seu surgimento. Historicamente, as línguas foram “cultivadas” pelo homem da mesma forma como ele as foi moldando a estados-nações em tempos relativamente recentes. As línguas serviram, ao mesmo tempo, para facilitar os laços entre os concidadãos desses recém-criados estados-nações e para distinguir os povos de diferentes estados-nações. (RAJAGOPALAN, 2011, p. 127-8)

A *Gramática do português* (2013; 2020), ao longo de suas duas décadas ininterruptas de elaboração, adotou um percurso descritivo que não só menciona os pontos convergentes na configuração das normas linguísticas como também reivindica espaço, em tempo oportuno, para as normas divergentes em português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAGNO, Marcos. *Dicionário crítico de Sociolinguística*. São Paulo: Parábola, 2017.
- FARACO, Carlos Alberto. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016.
- LOURENÇO, Eduardo. *A nau de Ícaro e imagem e miragem da lusofonia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MULINACCI, Roberto. “Prolegômenos para uma história linguística da lusofonia (des)unida”. In: BAGNO, Marcos; VIEIRA, Francisco Eduardo (Org.). *História das línguas, histórias da linguística: homenagem a Carlos Alberto Faraco*. São Paulo: Parábola, 2020.
- RAJAGOPALAN, Kanavillil. “A norma linguística do ponto de vista da política linguística”. In: BAGNO, Marcos; LAGARES, Xoán Carlos (Org.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola, 2011.
- RAPOSO, Eduardo Buzaglo Paiva *et al.* *Gramática do português – volume I*. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

_____. *Gramática do português – volume II*. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.

_____. *Gramática do português – volume III*. Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 2020.